

Análise crítica do discurso presidencial: abordagem sociocognitiva

(Critical analysis of the presidential speech: social cognitive approach)

Renata Palumbo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)
Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)

rpalumbo_07@ig.com.br; renata.palumbo@fmu.br

Abstract: In this paper, we investigated the presidential discourse in order to observe the metaphors used to maintain a public image of credibility, from the concept of political morality. The speech of the ex-president Luiz Inácio Lula da Silva was analysed, which was given to Brazilian society and chiefs of state or government at the 4th Global Forum on Corruption, in Brasilia, June 2005. The theoretical discussion was based on studies of Charteris-Black (2011), van Dijk (2010), Fairclough (2009), Chilton (2004), Lakoff e Jonhson (1980, 1999, 2003).

Keywords: Critical Discourse Analysis; social cognitive interface; political speech; conceptual metaphor.

Resumo: Neste artigo, investigamos o discurso presidencial, a fim de observar as metáforas utilizadas para a manutenção de uma imagem pública de credibilidade, a partir do conceito de moralidade política. Foi examinado o discurso do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, direcionado à sociedade brasileira e a alguns chefes de Estado e de governo, no 4º Fórum Global de Corrupção, em Brasília, em junho de 2005. A discussão teórica fez-se a partir dos estudos de Charteris-Black (2011), van Dijk (2010), Fairclough (2009), Chilton (2004), Lakoff e Jonhson (1980, 1999, 2003).

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; interface sociocognitiva; discurso presidencial; metáfora conceptual.

Introdução

A legitimidade de representar um país, dada a um presidente da República, é monitorada e avaliada por várias instâncias em diversos momentos de seu mandato, fazendo com que haja especificidades em termos de estratégias discursivas, utilizadas por esse político. Esse monitoramento ocorre devido ao fato de haver diferentes interesses entre os que compõem seu público – sujeitos de seu país e do exterior – e pela razão de seus pronunciamentos estarem atrelados a um processo interacional amplo e complexo, no qual estão envolvidas relações de poder de ordem nacional e também global.

Nessas práticas interacionais, o político busca fazer que o outro crie ou mantenha certas representações cognitivas sobre aquilo que é evidenciado no discurso, uma vez que tais imagens mentais regulam o que as pessoas falam, pensam e como elas agem na sociedade. Assim é que ocorrências linguísticas, como as de sentido metafórico, evidenciam alguns aspectos de dada situação e atenuam outros, em um processo detrás do qual existem interesses múltiplos de assegurar modos de entender os comportamentos do grupo político dominante e de conduzir a julgamentos específicos. É nesse sentido que nos debruçamos sobre o entrelace entre discurso, prática social e sociocognição, entendendo que as construções

mentais de situações, de pessoas etc. fazem parte de uma relação de força feita pelo homem e para o homem, o qual, como agente político, a elas recorre para determinados fins.

Em especial, convém ainda destacarmos que, nesse processo de dar sentido ao mundo político, “a metáfora conceptual” (LAKOFF; JOHNSON, 1980), ao mesmo tempo, constitui e é constitutiva desse universo discursivo socialmente delineado. Metáfora e discurso político, logo, fundam-se, possibilitando a articulação de emoções, de crenças, de valores e a associação de saberes diversos, que operam como interface entre os sujeitos e a instância política.

A partir dos pressupostos apresentados, investigamos as seleções lexicais do pronunciamento do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, no 4º Fórum Global de Corrupção, ocorrido em Brasília, em 2005, de modo a examinar as estratégias utilizadas para a manutenção de sua imagem pública de credibilidade, a partir do conceito de moralidade política.

A discussão teórica constituiu-se por estudos sobre: metáfora conceptual e moral política (LAKOFF; JOHNSON, 1980, 1999, 2003), usos da metáfora conceptual no discurso político como forma de controle social (CHARTERIS-BLACK, 2011), discurso político e, em específico, presidencial (CHILTON, 2004; MONTERO, 2009), interface discursivo-cognitiva e relação entre discurso e poder (VAN DIJK, 2010, entre outros).

Discurso político e prática social

De acordo com Chilton (2004), a ação política varia conforme a situação específica em que os participantes estão engajados. Do ponto de vista micro, política pode ser considerada tanto cooperação – como ocorre nas práticas e nas instituições sociais que têm por objetivo resolver interesses de classes a respeito de dinheiro, de influência, de valores etc. – quanto disputa de dominação, conflitos de interesse entre grupos.

No conceito micro de política, que pode ser entendido como política diária, incluem-se os discursos dos cidadãos em protestos, em apresentações de propostas cívicas e em outros tipos de manifestações e de reuniões. Isso significa afirmar que grupos sociais – quando se manifestam em busca por direitos sociais, raciais etc. – elaboram discursos os quais também podem ser vistos como políticos, pois a situação social assim o determina.

Já em seu sentido macro, a política pode ser considerada uma disputa estabelecida entre indivíduos que almejam, por um lado, alcançar ou manter um poder e, por outro, resistir a ele. No extremo macro da política, em que se insere o *corpus* deste trabalho, existem instituições políticas do Estado, nas quais há normas concernentes à constituição, aos códigos civis e criminais, a partir das quais os políticos estão engajados com o propósito de alcançar o poder dominante e nele se manter. Os discursos dos indivíduos ou das instituições das quais eles vêm, nesses casos, têm caráter oficial e servem como interface, ou seja, tornam públicas, de certo modo, algumas informações do espaço político dominante, que é reservado à minoria.

Para Montero (2009), os discursos institucionais e os diários, dos cidadãos, constroem o tecido social e, por tal razão, não se pode separá-los, a não ser por conta dos objetivos de uma análise discursiva, em que se torna necessário constituir um *corpus* de pesquisa. Nessa direção, nossa atenção está voltada, especificamente, aos discursos da política em seu sentido macro. Discutimos a respeito do discurso político, entendendo-o não como

um gênero discursivo, mas como uma classe de gêneros pertencente a um domínio social, tal como já destacaram van Dijk (2010) e Aquino (2003).

Nesse viés, nas práticas políticas (macro), circulam discursos estabilizados relativamente. Existem debates, entrevistas, pronunciamentos, entre outros, nos quais normas e interesses compartilhados inscrevem-se e são evidenciados por meio de seleções linguísticas diversas organizadas nos discursos. Assim, a política envolve diversos gêneros discursivos elaborados para interesses específicos e, em todos eles, apresenta-se discussão, principalmente, pelo fato de haver a tentativa de um grupo controlar ações e/ou mentes de outros. Tal prática pode ser considerada um “poder social” (VAN DIJK, 2010), organizado e institucionalizado por um escopo social específico.

A respeito dos contextos situacionais da política (sentido macro), sabe-se, como mencionamos, que o fazer político implica o uso estratégico da linguagem, pelo qual grupos constroem realidades discursivas na tentativa de alcançar, de manter e de sustentar um poder, quer seja de um Estado, quer, por exemplo, de um órgão internacional. Para que esses propósitos sejam atingidos, de acordo com Charteris-Black (2011), o político necessita elaborar discursos, por meio dos quais ele possa orientar uma imagem de si, de seu grupo e de suas propostas de tal modo que seu público passe a confiar em seus projetos e em sua capacidade de executá-los. Por conta disso, é possível dizer que a construção do ser confiável, digno de crédito, pauta-se por condições específicas da prática política, em que há necessidade de negociação, de acordo e, principalmente, em sistemas ou contextos democráticos, do consentimento da maioria.

Tais práticas discursivas dos políticos podem ser compreendidas como um exercício legitimado, uma vez que, além de elas serem regidas por normas institucionais, são credenciadas por um escopo social que atribuiu poder e *status* a esses políticos para que eles possam falar e agir em nome dos interesses de um grupo. É, portanto, a partir do momento em que se adquire esse reconhecimento, que um indivíduo tem direito de participar de determinados espaços de discussão.

Nesse viés, visando ao lugar da governança, cada qual utiliza as possibilidades de comportamentos discursivos de que dispõe de modo estratégico. Em razão disso, os discursos políticos são dinâmicos e, geralmente, dizem mais do que aparentam, pois criam olhares diversos sobre situações do mundo, isto é, são práticas que moldam a realidade empírica e, ao mesmo tempo, são moldadas por ela. Portanto, é a partir dessa malha de relações de poder – tecida por palavras e por comportamentos específicos – que os políticos propõem programas, justificam decisões, criticam posturas e ideias adversárias para autopromover a si e conseguir o apoio dos cidadãos ou de outros grupos sociais e políticos.

Estabelece-se, pois, um jogo em que há tentativas diversas de persuasão e de sedução, formuladas e reformuladas conforme a ação e a reação de determinados públicos e das situações interativas nas quais os discursos são produzidos. Uma arena da linguagem inserida nas redes complexas da vida política e social. A despeito dessa complexidade da vida social, Fairclough (2009, p. 503) propõe que a “prática social (por exemplo, a propaganda de mercadorias, a educação secundária) é uma articulação de elementos analiticamente diferentes, não discretos, mas interligados dialeticamente, de maneira que cada um deles internaliza os outros”.¹

1 Tradução livre. No original: “práctica social (e.g. la propaganda de mercancías, la educación secundaria) es una articulación de elementos analíticamente diferentes los cuales, no obstante, no son discretos sino que están interconectados dialécticamente, de manera de cada uno de ellos internaliza a los otros”.

Assim, podemos dizer que a vida em sociedade consiste de uma rede interconectada de práticas diversas em campos de certo modo distintos, mas internalizados, como da economia, da educação, da mídia etc., e entendemos que a política (macro) envolve e é envolvida por todos eles. Nessa acepção, é, pois, um sistema aberto, de constante formação e transformação, cujas ações, ao mesmo tempo em que se estabilizam relativamente, diversificam-se por conta de estabelecerem constante diálogo com as mudanças sociais e por essas práticas serem produtos de uma rede de relações múltiplas entre indivíduos, a qual se (re)define no escopo social multifacetado.

Quanto a essa diversidade de situações instauradas no campo da política, pode-se afirmar que os políticos estabelecem relações diversas com o cidadão, seu parceiro principal, a partir da imagem que eles criaram a respeito deste e dos propósitos específicos que motivam comportamentos textual-discursivos. O discurso recebe ajustes, e as estratégias discursivas, portanto, são conduzidas a partir do que se presume estar acordado com as expectativas daqueles a quem o político dirige seu discurso.

Nesse viés, consideramos que, no campo político, a atividade discursiva consiste de tentativas de possibilitar aos interlocutores a compreensão do que se diz por meio de um recorte avaliativo, a partir do qual se torna viável atribuir verossimilhança àquilo que se propõe estar ou não correto em termos de propostas ou de comportamentos a respeito daqueles que compõem o grupo político sobre o qual se fala.

Além disso, parece-nos significativo salientar que, quando um discurso político é público, isto é, quando o cidadão tem possibilidade de entrar em contato com ele, os grupos políticos, consecutivamente, também têm acesso à instância cidadã e sobre ela tentam influir. Com isso, queremos dizer que se trata de um efeito (um parecer) de acesso à instância política, pois o que se apresenta é o produto de reuniões de planejamento restritas, de pouca circulação – como as de gabinete. Para van Dijk (2010), o alcance do acesso, bem como o que pode ser acessado, é uma tentativa de controle e implica um poder legitimado.

Assim sendo, podemos considerar o discurso e os eventos elaborados para sua divulgação como ações para fins políticos. A partir disso, embora outros falares legitimados sirvam de interface entre a instância política e a cidadã – como o midiático, o didático, os do cotidiano etc. – não se pode negar a influência do discurso (do) político na construção do conhecimento correspondente à instância política em si e àqueles que dela fazem parte. Além do mais, o que ocorre na política (macro), isto é, o evento em seu estado bruto, é selecionado, recortado e constituído em realidades discursivas, as quais podem encaminhar maneiras diversas de compreender tais eventos, conforme o olhar do locutor e o diálogo entre o discurso deste e seus interlocutores.

De fato, o que ocorre é mais do que isso. Acreditamos existir uma interface discursivo-sociocognitiva atrelada a esse processo de fazer que o outro compreenda, de modo específico, o que ocorre na política (macro) e se torne disposto a aceitar determinados posicionamentos. Para discutir tal pressuposto, recorreremos aos estudos sobre cognição política de van Dijk (2010), relacionando-o às questões discursivas já apresentadas.

Interface discursivo-sociocognitiva

Partimos do pressuposto de que conduzir o outro a ver determinada situação a partir de um viés específico corresponde ao produto do entrelace entre conhecimentos velhos e novos – que são ativados durante o delinear do discurso – e associados às representações mentais sobre eventos políticos, que são socialmente partilhadas entre grupos e instituições. Para entender esse processo, torna-se necessário discutir a respeito da cognição política (VAN DIJK, 2010).

Nessa direção, van Dijk (2010) afirma que os políticos constroem modelos mentais de eventos comunicativos – representações subjetivas e avaliativas – correspondentes ao domínio da política (macro) e organizam seus discursos a partir da imagem que criam a respeito de si, dos outros participantes e da situação de interação em que se encontram. Essas representações mentais de eventos (ou modelos de eventos), no campo político, constituem-se por meio de algumas categorias, como consta do seguinte exemplo dado pelo autor (VAN DIJK, 2010, p. 221):

- domínio como um todo (por exemplo, a política);
- ação societal como um todo (legislação);
- situação corrente (hora, localização);
- circunstâncias correntes (projeto de lei a ser discutido);
- interação corrente (debate político);
- gênero discursivo corrente (discurso);
- os vários tipos de papéis sociais dos participantes (falante, MP, membro do Partido Conservador, branco, masculino, idoso etc.);
- as cognições dos participantes (metas, conhecimentos, crenças etc.).

Em diversas situações, os participantes necessitam ativar vários conhecimentos – os mais gerais associados aos específicos do evento em questão – os quais, ao mesmo tempo, orientam a elaboração do discurso e restringe-a. Além do mais, tem-se sugerido, conforme van Dijk (2010), que os gêneros discursivos são delineados contextualmente (modelos mentais de eventos) antes mesmo que textualmente.

De todo modo, podemos dizer que o discurso político, como os outros, define-se em termos contextuais (situacionais e cognitivos) e, estes, ao mesmo tempo, estruturam o agir em sociedade, regulam-no. Há, pois, uma interface discursivo-sociocognitiva entre o político e o evento de que ele participa, pela qual mundos discursivo-cognitivos são construídos a respeito dos agentes políticos e de suas ações, os quais são, de certo modo, percebidos e avaliados por aqueles a quem os discursos são dirigidos, tal como é o caso da instância cidadã.

De maneira geral, elaboramos a figura a seguir, a fim de ilustrar esse processo de construção de sentido do que é evidenciado no discurso político:

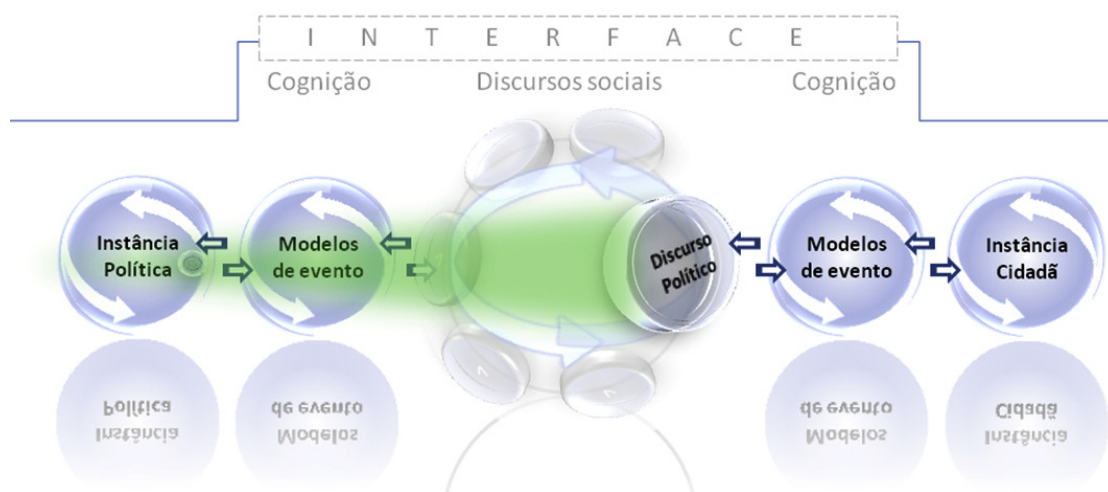


Figura 1. Interface discursivo-sociocognitiva do processo de construção de sentido

Na Figura 1, ilustramos a interface existente, em específico, entre a instância política e a cidadã, de modo a indicar que o modelo cognitivo de evento, constituído pelos políticos, regula a elaboração de seus discursos, bem como a construção de sentido dos discursos políticos por parte dos interlocutores também é regulada pelos modelos criados e compartilhados no momento da interação. Nesse processo de dar sentido ao que ocorre na instância política, representações mentais estão imbricadas na dimensão pragmática do campo político, em que determinados procedimentos discursivos são selecionados como forma de controle do que deve ser visto ou apagado a respeito do evento em seu estado bruto.

Ainda em relação à Figura 1, tendo em vista que o homem não possui acesso direto à realidade, uma vez que a relação que ele tem com esta sempre é mediada pelo discurso e por suas percepções constituídas cognitivamente, pode-se conceber que a prática discursiva do campo político se molda a essas imagens e, nessa inter-relação, atua como tentativas de modificar quer sejam contextos cognitivos, quer situações político-sociais. Nesse viés, na busca de apoio de um determinado público, o discurso de um político, e de seu grupo, concorre com as imagens pré-concebidas pelos interlocutores e, por tal razão, recorre-se a estratégias discursivas que, ao mesmo tempo, colaboram na constituição do discurso e no encaminhamento de olhares.

Ao assinalarmos o fato de que o discurso político está entrelaçado a um modelo de evento e é moldado a este e por este, tratamos também de conceber que um determinado recorte (como indicado na Figura 1), específico da instância política, corresponde a uma escolha do político e de seu grupo a respeito do que deve ganhar destaque publicamente e de que maneira isso deve ser visto. Trata-se de buscar que o outro crie ou mantenha certas representações cognitivas sobre aquilo que é evidenciado no discurso, uma vez que tais imagens mentais regulam o que as pessoas falam, pensam e como elas agem nas interações sociais.

Fairclough (2009) afirma que certas representações de práticas sociais estão internalizadas na maneira como as pessoas interagem uma com as outras pelo discurso, isto é, suas atitudes discursivas são reflexivas, apoiam-se em modelos sociais já existentes, tal como ocorre nas ações governamentais e, em específico, salientamos, nos discursos presidenciais. Nas práticas políticas, por exemplo, entendemos que a atitude de evidenciar

alguns aspectos julgados negativos, ou mesmo atenuar outros, consiste de um procedimento discursivo recorrente, detrás do qual existem interesses múltiplos de assegurar modos de ver e de entender o que se passa na instância política, de conduzir a julgamentos específicos e de criar representações sociais.

Na medida em que a leitura de certas práticas políticas for construída de acordo com a proposta enunciativa do político, delinear-se-á um caminho, no qual ele poderá alcançar ou manter determinados lugares em termos de poder político e, também, assegurar legitimidade. Assim, muito mais do que formular um discurso que atenda a um modelo de evento e à expectativa dos participantes, nesse processo, a negociação de sentido pode dar força à imagem pública do locutor e fazer que ele aja alicerçado pelos seus interlocutores.

É nessa direção que entendemos estarem as coisas por si só, para o homem, envoltas por palavras carregadas de intencionalidades diversas e, portanto, não estão soltas com sentidos fixos em dados espaços públicos de atuação humana. Elas fazem parte de uma relação de forças presente no discurso produzido pelo homem e para o homem, e este, como agente político, a elas recorre e as molda no discurso, para determinados fins.

A partir dessas considerações, assumimos o postulado de que o homem está atrelado ao discurso e à sua condição sociocognitiva. Assim é que se constitui a tessitura entre ação e reação sociocognitivo-discursivas, configuradas de modos diversos no jogo de relações de poder do homem político, em seu sentido amplo; e o discurso presidencial insere-se nesse processo, apresentando similaridades e singularidades.

Assim, quanto aos procedimentos dos discursos presidenciais, em específico, as considerações apresentadas fazem-nos crer que haja uma preocupação acentuada em termos de manutenção de um poder. Isso porque, se, por um lado, ele apresenta especificidades próprias do discurso político, assim como assinala Montero (2009, p. 351),

No discurso presidencial, destacam-se as condições próprias do discurso político, pois se pretende persuadir, mobilizar audiências e gerar emoções (tanto positivas quanto negativas). É possível também produzir alianças, adesões e lealdades em seus receptores em relação à figura emissora, e ainda ódios e desconfortos, já que pode comover, agitando as emoções e os sentimentos da audiência.

por outro, a condição – correspondente a qualquer prática discursiva – de ter de responder e de se ajustar a um contexto histórico-social faz que um presidente da República tenha de adquirir, de manter/reforçar, no mínimo, um duplo credenciamento: alicerçar sua legitimidade como chefe de Estado perante os cidadãos – haja vista que essa pode ser questionada pela sociedade – e garantir, como representante máximo de seu país, que este seja reconhecido no cenário internacional.

Salientamos, ainda, que os papéis sociais previstos nos modelos de evento e assumidos pelos políticos – candidatos, deputados, senadores, prefeitos, presidente da República etc. – bem como seus posicionamentos ideológico-partidários e suas coalizões consistem de fatores que trazem certas particularidades significativas na elaboração de seus discursos e no modo como os interlocutores dialogam com estes.

Pelo exposto, entendemos, mais uma vez, que o exame da atividade discursiva requer um olhar que vai além do discurso, que leva em conta as especificidades da conjuntura político-social da qual os políticos participam. Nessa acepção, nos vários encontros

ocorridos no campo da política, busca-se alcançar credenciamentos específicos que direcionam as formulações do discurso. Nesse processo, a metáfora está presente, como discutiremos a seguir.

Metáfora da moralidade: caminhos do discurso político

Pesquisas vêm demonstrando (CHARTERIS-BLACK, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011; MORENO, 2008; CHILTON; SCHÄFFNER, 2002, entre outros) diversas ocorrências de metáforas conceptuais em pronunciamentos feitos por políticos, entre eles, os chefes de Estado. Isso pode ser considerado um indício significativo de a seleção metafórica possuir força pragmática tanto por ativar modelos cognitivos compartilhados cultural e socialmente, quanto por despertar sensações e compreensões advindas da corporalidade, as quais utilizamos para entender aquilo que nos cerca, conforme os pressupostos da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC).

Nessa teoria, afirma-se que há um domínio-fonte, que consiste, geralmente, de um conhecimento oriundo de uma experiência empírica a partir do qual conceitualizamos metaforicamente algo pertencente a um domínio de outra natureza, e o domínio-alvo, aquele que construímos de maneira metafórica por meio do primeiro. Além disso, os estudos apontam para três tipos inter-relacionados de metáforas: *orientacionais*, em que existe orientação a partir de uma visão espacial (corpo/espço) e associação ao conceito de limite (espacialização); *ontológicas*, as quais ocorrem quando fenômenos de domínios abstratos são apresentados com limites, como é o caso da coisificação e da personificação; e *estruturais*, em que as correspondências entre domínios díspares caracterizam-se por serem complexas.

A fim de procedermos à discussão sobre os efeitos que a metáfora conceptual pode suscitar e como esses estão ligados às estratégias de controle societal do discurso político, observemos o seguinte segmento do pronunciamento do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no 4º Fórum Global de Corrupção, ocorrido em Brasília, em 7 de junho de 2005, atentando-nos às partes em destaque:

- (01) [...] *Tenho, ademais, uma biografia a preservar, um patrimônio moral, uma história de décadas em defesa da ética na política. Por isso, não iremos acobertar ninguém, seja quem seja que esteja envolvido. No dia de hoje, determinei aos ministros uma solução definitiva para os problemas envolvendo os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil, resultando no afastamento dos diretores de ambas as instituições, sem prejuízo da continuidade das investigações. Digo que cortaremos na própria carne, se necessário. Sem prejulgar ninguém, e respeitando o direito a defender-se, que todo cidadão ou cidadã possui, não vamos vacilar um segundo na defesa do interesse da coisa pública.*

Consideramos que examinar a língua em uso é entendê-la como produto social, cujo papel de construção do conhecimento, de organização e de compreensão da sociedade é significativo. Ao mesmo tempo em que o falante toma para si o universo de uma língua e com ele constrói mundos discursivos, ele também é tomado por esse universo pré-constituído histórico e culturalmente. Isso quer dizer que o homem herda uma língua não neutra e, por meio dela, relaciona-se com a realidade empírica.

Na prática social, o discurso dialoga com outros e, nesse diálogo contínuo, é possível falar sobre objetos que já foram julgados e categorizados de um modo não rigidamente

estável, mas por algum motivo legitimado, reproduzido e propenso a ajustes, caso tais modificações sejam permitidas socialmente e estejam alinhadas aos propósitos enunciativos e aos lugares discursivos de um político que a elas recorre.

A metáfora também faz parte desse processo, a ele se funde, constitui e é constitutiva do universo dessa língua. Como herança das experiências de um ser social e histórico – que aprende consigo e com o outro – por meio dela, é possível atribuir sentidos ao mundo, na medida em que pensamento, emoção e sensação também mediam a relação estabelecida entre o homem e aquilo a que ele atribui sentido. E é por conta disso que boa parte dos brasileiros, a maioria provavelmente, compreenderia a formulação linguística “Digo que cortaremos na própria carne, se necessário”, enunciada no discurso proferido pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no 4º Fórum Global de Corrupção, em 2005.

A ideia de um só corpo, uma só carne, além de estar presente em discursos diversos, como no religioso, traz em si um conhecimento partilhado oriundo da experiência humana com seu próprio corpo, pelo qual a compreensão do sentido de unidade relacionado a Lula e ao PT é orientado. A tentativa de trazer para perto do público – cidadão brasileiro e políticos/empresários do exterior – uma imagem de um organismo, que pode não estar saudável, é um modo de dar sentido a uma determinada situação vista como um problema moral e apresentar uma solução possível: a mutilação de uma parte do corpo.

Nesse processo de construção de sentido, o conhecimento da dor é fundamental para a compreensão da afirmação da mutilação, do sacrifício. Essa, por sua vez, é uma maneira de promover o efeito de uma atitude dolorosa por parte de Lula: a de punir os petistas envolvidos, na época, nas denúncias de corrupção, se essas se comprovassem, como aconteceu sete anos depois, em 2012. Ao mesmo tempo, o conhecimento de outros discursos possibilita relacionar à ideia de sacrifício associada à história do Partido dos Trabalhadores (PT), crenças e valores pertencentes ao cristianismo, que é dominante no Brasil.

Seguindo nessa direção, temos que a formulação “a própria carne” dá a conhecer o encaminhamento de sentido privilegiado pelo viés da metáfora ontológica e da orientacional. Em relação à primeira, ela viabiliza, por meio da ativação de referência dupla – corpo humano, Partido dos Trabalhadores – a elaboração mental do Partido dos Trabalhadores associados pela noção de corpo. Assim é que uma experiência sensorial (primária), relacionada à dor é ativada e permite que o público entenda o que o político propõe como sentido a respeito da reação que Lula teria, se houvesse comprovação das denúncias de corrupção.

Já a metáfora orientacional pode ser examinada na seleção “própria”, de modo a permitir uma visualização espacial, em que Lula se apresenta como pertencente do partido PT, mesmo ao falar como chefe de Estado. Tal observação respalda-se no pressuposto de Lakoff e Johnson (1980), no qual se afirma que a visão de mundo (posicionamento) pode ser marcada no discurso por meio da ideia de orientação corpo e espaço.

Ainda a respeito do segmento (01), podemos afirmar que o político busca aproximar-se dos cidadãos brasileiros, permitindo que eles reconheçam os princípios morais do ex-presidente, que se mostra apto a agir de modo doloroso, caso as causas do acontecimento em evidência (corrupção) fossem relacionadas à atitudes inadequadas de algum membro do PT. Temos que o efeito de um dado acontecimento tem por base a ideia de

que todo ato conduz a uma sanção positiva ou negativa, que deve ser dada por alguém que possui o poder de agir e sancionar. Assim, no encaminhamento do discurso de Lula, ainda, pode-se afirmar que a maneira como ele sanciona atitudes de corrupção orienta o público a chegar a um juízo tanto ligado à recompensa do político quanto à punição dos culpados. Busca-se, a partir desse procedimento, por construir confiança e credibilidade, que são significativas para um político manter/alcançar legitimidade (CHARTERIS-BLACK, 2011).

Proceder a esse tipo de orientação consiste de pôr o público a par de situações e suas consequências, enviesadas axiologicamente, para que ele tome certas decisões, podendo, assim, ser utilizada para justificar comportamentos e, também, indicar posturas pelo viés da adequação ou da inadequação. Portanto, em razão de esse discurso ter sido elaborado em uma situação política de conflito, em que muitos relacionavam as denúncias de corrupção à figura do fundador do Partido dos Trabalhadores, construir o PT como um corpo e Lula como membro-cabeça, que detém o poder de decisão, é atitude que direciona à ideia de o ex-presidente agir de modo justo e estar ao lado do povo brasileiro, de seus direitos (“a coisa pública”). Temos, pois, o apelo à moralidade que fundamenta o posicionamento evidenciado.

Seguindo nessa direção, podemos dizer que metáforas postas em discurso possibilitam que se construam situações enviesadas de acordo com as normas de uma sociedade e com os interesses que estão em jogo. Isso porque o discurso político, em especial, o presidencial, tem também como finalidade construir relações de cooperação e de acordo com diversos grupos – governante/governo e cidadão, Estado e Estado etc. Instâncias sociocognitivas convencionais podem colaborar para esses propósitos, uma vez que encaminham maneiras de ver determinadas situações e certos agentes de tal modo que criam um efeito de a conclusão ter sido alcançada, especificamente, pelo público.

A seleção “patrimônio moral” (segmento 01), apresentada no discurso proferido por Lula, reforça tal pressuposto tanto pelo fato de o povo buscar um representante, cuja imagem construída deve estar alinhada a atitudes de cunho moral, quanto em razão de os políticos do exterior precisarem crer em seus aliados. É nessa direção que o pronunciamento segue, a fim de manter legitimidade, e a metáfora favorece esse encaminhamento por estruturar a noção de moralidade. Para Lakoff e Johnson (1999), o termo corresponde à ideia do bem viver humano, ou melhor, a sua preocupação com o que é melhor para viver bem. Muitos dos conceitos morais são fundamentados por metáforas oriundas da natureza de nossos corpos e das interações sociais. Isso quer dizer que nossas experiências, tanto com aquilo que nos provoca bem-estar, principalmente físico, quanto com a cultura historicamente constituída, orientam-nos a conceptualizar a moralidade, isto é, o viver bem.

Por conta disso, as pessoas preferem saúde à doença, liberdade à escravidão, força à fraqueza, ar puro em vez de contaminado, dominar do que ser dominado, entre outros. Os autores assinalam que (1999, p. 291), “uma vez que a maioria das pessoas acha melhor ter riqueza suficiente para viver confortavelmente do que ser pobre, nós não ficaríamos surpresos de encontrar que bem-estar é conceptualizado como riqueza”.² Um presidente da República, logo, deve promover a ideia de agir em prol daquilo que uma comunidade cultural privilegia como moralidade. Pelo menos, é isso que se espera de um chefe de Estado.

² Tradução livre. No original: “since most people find it better to have enough wealth to live comfortably than to be impoverished, we are not surprised to find that well-being is conceptualized as wealth”.

Desse modo, a moralidade está presente nos discursos políticos e seu emprego tem o papel de buscar identificação com o público, bem como sua aprovação. Lakoff (2002) observou a presença de metáforas pelas quais os políticos evocavam questões de ordem moral e detectou que, por exemplo, os políticos conservadores utilizam a ideia do Estado como pai de uma família tradicional, na qual ele cumpre o papel central de apoiar e de proteger os outros membros e, ao mesmo tempo, de definir regras, de oferecer compensações ou punições.

No caso do pronunciamento feito por Lula, a tentativa de fortalecer uma imagem de um representante que cuida dos interesses do povo, de seu bem viver, e que está disposto ao sacrifício também revela o uso da metáfora e do discurso como um meio de conseguir o controle de uma situação política, em uma tentativa de levar o público a identificar atributos morais, julgados essenciais à figura pública do ex-presidente. Essa afirmação coaduna-se com os pressupostos de Charteris-Black (2011), de que existe uma motivação social e política no uso da metáfora, tornando-se possível dizer que há propósitos específicos por detrás de sua utilização.

Assim, a metáfora posta no discurso possibilita a mobilização de saberes diversos – da experiência corpórea, de fatores culturais, sociais, históricos, éticos, morais – que se ajustam a cada situação de interação. Nesse viés, embora saibamos que a metáfora está presente em práticas da linguagem no campo político e sua ativação pode ser entendida como estratégica, como o discurso o é, parece-nos coerente afirmar que seu uso caracteriza-se por ser semelhante em termos de ativação e associação de alguns domínios-fonte, já que os políticos aprendem a proceder discursivo e linguisticamente por meio de suas experiências na prática política e recebem influência dos discursos do cotidiano. Ao mesmo tempo, entendemos que os efeitos promovidos por essas ativações são singulares, em razão de essas dialogarem com as condições específicas de produção, com as categorias do “modelo de evento” em questão (VAN DIJK, 2010).

A presença de formulações como as analisadas, em (01), leva-nos a conceptualizações inter-relacionadas como: GRUPO DE PETISTAS É UM CORPO, LULA É A CABEÇA DO CORPO, GOVERNO É UM CORPO, POLÍTICOS GOVERNISTAS SÃO PARTES DO CORPO, CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA. Dessa forma, entre as possibilidades de dizer, tal como ocorreu, o político pode fazer uso de nossas experiências corpóreas, para se referir e construir de maneira metafórica versões públicas de situações político-sociais e dos agentes que nelas estão envolvidos de modo a se aproximar do público; assim como também será possível observar nos próximos segmentos analisados.

Procedimentos de manutenção da imagem pública: a construção da corrupção como doença

Na sequência da análise do pronunciamento, debruçamo-nos sobre as etapas em que a corrupção é conceptualizada como doença. A partir da discussão teórica apresentada neste trabalho, examinamos a ordenação dos mecanismos discursivos do corpus e detectamos pistas de haver uma condução discursivo-cognitiva que está alinhada à promessa de “cortar na própria carne” (cf. subitem 02). Metáforas corpóreas entrelaçam-se, como podemos observar nos próximos segmentos.

Em (02), a corrupção é apresentada como um mal, uma chaga:

- (02) Meus amigos e minhas amigas, sei que vocês passarão alguns dias no Brasil, debatendo *esse assunto que é um mal, é uma chaga no mundo inteiro, mas que penaliza mais os países mais pobres do mundo*.

Conforme assinalamos anteriormente, o discurso político está entrelaçado a um modelo de evento (VAN DIJK, 2010) e é moldado a este e por este. Em situações diversas, a partir do que se constrói sobre elas, busca-se fazer com que um público crie ou mantenha certas representações cognitivas sobre aquilo que é evidenciado no discurso. Nessa acepção, em (02), ao proceder à associação de domínios díspares (política e corpo humano), evidenciam-se a noção de sofrimento e a do não cumprimento dos direitos humanos. Tal procedimento, portanto, conduz mais uma vez à ideia de um líder que preza pelo bem-estar de seu povo e que está disposto ao sacrifício.

Os próximos segmentos são indicativos do encaminhamento dado ao pronunciamento:

- (03) Eu não poderia concluir minhas palavras sem mencionar *fatos que já foram mencionados pelo representante do nosso querido Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que tem sido objeto de atenção pública nas duas últimas semanas, particularmente nos últimos dias*.
 Refiro-me à denúncia sobre corrupção que estaria afetando os poderes Executivo e Legislativo. Independentemente do uso político-eleitoral que alguns estejam fazendo dessas denúncias, quero deixar claro que no meu governo, que o meu governo levará as investigações até as últimas consequências.
- (04) Por isso, jurei à Constituição do Brasil, por isso, *sou o principal guardião das instituições deste país. Estou plenamente confiante de minhas atribuições como primeiro mandatário e, como disse no meu discurso, como funcionário público número um do país*. Tenho, sobre meus ombros, responsabilidades que vão mais além da preservação das instituições. Sou o responsável maior pelos rumos de nossa economia e não esqueci, em momento algum, dos compromissos que assumi com mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras que me trouxeram à Presidência da República e, também, com todo o povo brasileiro.

Em (03), a formulação em itálico, “fatos que já foram mencionados pelo representante do nosso querido Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que tem sido objeto de atenção pública nas duas últimas semanas, particularmente nos últimos dias”, ativa conhecimentos, correspondentes às denúncias de corrupção no governo brasileiro. Pode-se examinar que tal situação poderia influenciar a imagem pública do governante e do governo, uma vez que teve repercussão internacional. Apresentar uma justificativa pública, portanto, era fundamental.

Mais adiante, em (04), o investimento recai sobre a manutenção da imagem do político. A maneira como ela é delineada no processo discursivo oferece-nos pistas de se tratar de uma estratégia de estabelecimento de controle sobre a situação em pauta (denúncia de corrupção relacionada ao governo brasileiro). Nessa acepção, as formulações “o principal guardião das instituições deste país”, “funcionário público número um do país”, “o responsável maior pelos rumos de nossa economia”, “o principal guardião” consistem de seleções lexicais as quais reforçam a ideia de um líder que vem cumprindo com suas responsabilidades. Podemos afirmar que é isso que se espera de um presidente da República: cumprimento de seus deveres e ação em prol dos interesses públicos. Por tal razão e pelo fato de o político ser o chefe do Estado brasileiro, há necessidade de optar por

aquilo que é viável assumir para si, a fim de criar condições para que o público reconheça atributos morais.

Conforme o postulado de Lakoff e Johnson (1999) já mencionado, os conceitos morais fundamentam-se por metáforas oriundas da natureza de nossos corpos e das experiências que as pessoas têm em várias interações sociais. Nessa direção, entende-se que a atitude de apresentar a corrupção como uma chaga corresponde a um procedimento por meio do qual se ativam experiências oriundas de sensações físicas. Assim, a ativação do domínio-fonte da corporeidade se repete, organiza informações e promove orientação a partir da qual o controle da situação pode ser alcançado.

Na sequência, observamos que o domínio-fonte do corpo humano continua sendo utilizado e associado à corrupção. Em (05), desloca-se a atenção para a situação mundial e mostra-se que existem posturas corruptas, cujas vítimas correspondem aos pobres. Já em (06), o político volta-se para o Brasil, dando a conhecer que a corrupção não consiste de um fato isolado. Observemos as seguintes formulações:

- (05) Meus amigos e minhas amigas, eu tenho viajado o meu país nesses últimos anos. Tenho viajado o mundo e, em todos os lugares que vou, a questão da corrupção é quase que uma doença incurável, parece incurável às vezes, uma doença que parece que ataca os mais pobres, porque a corrupção não prejudica os mais ricos. Ela prejudica sempre aqueles que mais precisam que o Estado possa lhes beneficiar com políticas públicas.
- (06) Estamos perto de acabar a corrupção? Certamente que não, porque ela é uma coisa crônica, ela está incrustada, muitas vezes, na alma; ela está incrustada, muitas vezes, na consciência do corrupto; ela está incrustada, muitas vezes, na impunidade que os corruptos sempre tiveram, na história deste país. São raros os casos, muitas denúncias, muitas manchetes, muitos discursos, e o resultado é pouco.

Em (05) e (06), observamos que a corrupção é construída da seguinte maneira: “quase que uma doença incurável”, “uma doença que parece que ataca os mais pobres”, “a corrupção”, “uma coisa crônica”, “incrustada, muitas vezes, na alma”, “incrustada, muitas vezes, na consciência do corrupto”, “incrustada, muitas vezes, na impunidade que os corruptos sempre tiveram”. Tais seleções lexicais metafóricas revelam o cenário discursivo criado para representar a situação de corrupção. O viés da doença mantém-se e permite que se criem sensações contrárias ao bem viver, em razão de se atribuir à questão características advindas de um organismo doente, de tal modo que se possa dizer que não há solução, uma vez que se categoriza a situação como crônica e quase incurável.

Levando-se em conta os pressupostos de Fairclough (2009) a respeito de o discurso ser uma atitude reflexiva apoiada em modelos sociais já existentes, entendemos que apresentar a corrupção como algo já existente e de difícil resolução – “ela é uma coisa crônica, ela está incrustada, muitas vezes, na alma; ela está incrustada, muitas vezes, na consciência do corrupto” – pode ser pista de um procedimento discursivo baseado em um modelo de política, em que se reconhece a pré-existência da corrupção.

Além do mais, a atitude de associar corrupção a uma doença que está na alma de algumas pessoas e que vitima “os mais pobres”, “aqueles que mais precisam que o Estado possa lhes beneficiar com políticas públicas” (segmento 05), corresponde a uma maneira de afirmar que a solução do problema não é fácil. Sugere-se, portanto, a dificuldade de se alcançar o que está na alma, o que é quase crônico ou mesmo incurável. Nessa direção, entendemos que se indica a possibilidade de agir com algo relacionado ao corpo e, dificilmente, com o que é da alma.

Conclusão

As análises permitiram-nos detectar, na ordenação do discurso, que houve associação entre o domínio da política e o do corpo humano. Tal procedimento pode ser entendido como um modo de aproximar algo que está distante de muitos e conceituar de maneira específica e avaliativa a corrupção, os políticos corruptos e os honestos.

As seleções metafóricas – GRUPO DO GOVERNO É UM CORPO, LULA É A CABEÇA DO CORPO, POLÍTICOS GOVERNISTAS SÃO PARTES DO CORPO, CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA – a partir das quais os políticos corruptos foram associados às partes doentes do corpo, e os honestos, à saudável, evidenciaram o sacrifício de Lula de ter de “cortar na própria carne”, de modo a possibilitar o estabelecimento de controle sobre a situação vista como problemática e imoral.

Além do mais, o procedimento de associar corrupção a uma doença que está na alma de algumas pessoas e que vitima “os mais pobres” corresponde a uma maneira de afirmar que a solução do problema não é fácil. Sugeriu-se, portanto, a dificuldade de se alcançar o que está na alma, o que é quase crônico ou mesmo incurável. Nessa direção, entendemos que se tratou de uma justificativa, na qual se indicou a possibilidade de um presidente da República agir com algo que é relacionado ao corpo e, dificilmente, com o que é da alma.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Z. G. O. de. O léxico no discurso político. In: PRETI, D. (Org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 195-210.

CHARTERIS-BLACK, J. *Politicians and rhetoric: the persuasive power of metaphor*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

_____. Gran Bretaña como contenedor: metáforas sobre inmigración en la campaña electoral de 2005. Tradução de María de las Mercedes Luciani y Ailén Heredia. *Discurso e Sociedad*, Surrey, v. 3, p. 467-494, 2009.

_____. *Metaphors as Models of Political Leadership*. University of Durham, 2008. Disponível em: <http://www.dur.ac.uk/resources/mlac/research/metaphors_as_models/Charteris2.pdf>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. *The communication of leadership: the design of leadership style*. New York: Routledge, 2007.

_____. Britain as a container: immigration metaphors in the 2005 election campaign. *Discourse & Society*, Londres, v. 17, n. 5, p. 563-581, 2006.

CHILTON, P. A. *Analysing political discourse*. United Kingdom: Routledge, 2004.

CHILTON, P.; SCHÄFFNER, C. *Politics as text and talk: analytic approaches to political discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

FAIRCLOUGH, N. Políticamente correcto: la política de la lengua y la cultura. *Discurso e Sociedad*, v. 3, p. 495-512, 2009.

LAKOFF, G. *Moral Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Metaphors we live by. In: POTTER, J. (Org.). *Representing reality: discourse, rhetoric and social construction*. London: Sage Publications Ltd., 2003. p. 124-132.

_____. *Philosophy in the flesh*. The embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Book, 1999.

_____. *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press, 1980.

MONTERO, M. Poder y palabra: mentira implícita y accidentes en discursos presidenciales. *Discurso e Sociedad*, v. 3, p. 348-371, 2009.

MORENO, M. A. *Metaphors in Hugo Chávez's political discourse: conceptualizing nation, revolution and opposition*. 2008. Tese (Doutorado) – University of New York, New York, 2008.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.